Caminhadas urbanas, *com-vivências* inesperadas

Urban Walking, Unexpected Con-Vivialities

Carlos Fortuna

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/eces/3114>

DOI: 10.4000/eces.3114

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Refêrencia eletrónica

Carlos Fortuna, « Caminhadas urbanas, *com-vivências* inesperadas », *e-cadernos CES* [Online], 29 | 2018, colocado online no dia 15 junho 2018, consultado a 01 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/3114> ; DOI : 10.4000/eces.3114

CARLOS FORTUNA

CAMINHADAS URBANAS, *COM-VIVÊNCIAS INESPERADAS**

Resumo: O aceleracionismo urbano de hoje torna anacrónico o ato de caminhar na cidade. A deslocação rápida dos sujeitos gera um modo distraído de interpretação dos territórios urbanos e das relações que nele se operam. No século XX, as célebres passeatas urbanas (Dada, Surrealistas, Situacionistas, flânerie) procuraram reconhecer a presença de outras culturas e modos de existência. Todas as caminhadas na cidade podem originar relações inesperadas em público, que vão desde as solidariedades espontâneas até ao reconhecimento de desigualdades e racismos. Tudo reclama pela centralidade da rua, o que pode ser comprovado através de uma caminhada pelas ruas e praças de Lisboa.

Palavras-chave: caminhada, cidade, diversidade urbana, lentidão.

URBAN WALKING, UNEXPECTED *CON-VIVIALITIES*

Abstract: Today's urban accelerationism makes the act of walking in the city anachronistic. The rapid displacement of the subjects leads to a distracted understanding of the urban territories and social relations. In the 20th century, the renowned urban walking (Dadaists, Surrealists, Situationists, flânerie) sought to recognize other cultures and other modes of social existence. City walking can lead to unexpected public relations ranging from spontaneous solidarities to the recognition of inequalities and racism. Everything claims for the centrality of the street, which can be shown by walking through the streets and squares of Lisbon.

Keywords: city, slowness, urban diversity, walking.

* Uma versão reduzida deste texto foi submetida à Revista Brasileira de Sociologia.

Sim, meu coração é muito pequeno.
Só agora vejo que nele não cabem os homens.
Os homens estão cá fora, estão na rua.
A rua é enorme. Maior, muito maior do que eu esperava.
Mas também a rua não cabe todos os homens.
A rua é menor que o mundo.
O mundo é grande.

Carlos Drummond de Andrade (2012),
excerto de “Mundo Grande”

ABERTURA

Começo com a declaração solene de ser 2018 um ano de virtuosas coincidências. A escrita deste texto sobre caminhadas urbanas é fruto da confluência de três elementos que muito condicionaram as minhas convivências académicas: a fundação do Centro de Estudos Sociais (1978), os cinquenta anos do surgimento de *O direito à cidade*, de Henri Lefebvre, e o centenário da morte de Georg Simmel, ocorrida em 1918.

Da primeira circunstância registo a marca estimulante que o Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra tem deixado nas minhas escolhas de investigação. Os seus primeiros passos, como os meus, foram todos dados em volta da *Revista Crítica de Ciências Sociais* e do seu afã em revelar o Portugal saído da Revolução. Hoje é menos assim, quando o Centro se tornou referência segura, todo ele, num panorama muito mais amplo de temáticas e abordagens.

Nos inícios, cultor da visão braudeliana e wallersteiniana das coisas, recuei ao encontro da obra de Henri Lefebvre e o seu intrépido *O direito à cidade*. Os direitos, as pistas e os ritmos da vida urbana haveriam de conduzir-me a geografias plurais e discrepâncias políticas. Logicamente inesperadas umas e outras. Sem parar, e recuando um pouco mais atrás no tempo iria encontrar Georg Simmel e o impressionante pioneirismo das suas sociologias citadinas. Tão presentes e atuais que nunca mais as perdi de vista para tentar compreender o mundo da urbanidade de hoje. Como também não desisti dos direitos lefebvrianos de cidade, nem da agenda inteira e diversa do CES.

E eis-me aqui, portanto, a procurar escrever no CES, sobre caminhadas urbanas, inspiradas nas ritmicidades de Lefebvre, e no tecer de com-vivências inesperadas, a que Simmel concedeu irradiante atenção.

CAMINHAR NO ESPAÇO E NO TEMPO

Neste texto procuro percorrer territórios urbanos de localizações e tempos diversos. À partida, encho-me de inspiração em caminhadas ilustres de pensadores que mostraram

como a marcha pode revelar realidades ocultas e surpreendentes que, captadas de forma aparentemente passageira, não deixam aproximar atributos espaciais e socioculturais menosprezados e mesmo invisibilizados. Grande parte desses relatos pertencem a célebres caminhantes urbanos, entregues a percorrer a pé uma cidade como modo de resistir à ameaça de ruína do tempo e tentativa de tornar a cidade sempre presente. Muitos dos caminhantes urbanos de hoje – acadêmicos, artistas, jornalistas – abdicam de refletir sobre o ato de andar em si e convertem o exercício em técnica expedita de compreensão da relação íntima, por vezes romântica, entre espaços e pessoas. Não raro, retraem-se da (auto)condição de sujeitos-caminhantes para destacar os objetos-caminhantes e os seus efeitos.

O arqueólogo e antropólogo francês André Leroi-Gourhan (1982: 162) escreveu um dia que a cultura e a comunicação humana começaram pelos pés, ou seja, surgiram nas caminhadas que permitiram apropriações de territórios, contactos amistosos e também conflitos entre os humanos. É a andar que a gente se entende, poderíamos dizer, parafraseando o popular dictum português que atribui ao ato de falar a primordial fonte do entendimento interpessoal.

Se a locomoção humana é um movimento natural que traduz a mais comum mobilidade corporal inscrita na história da própria condição humana, o ato urbano consciente de caminhar pode ser considerado recente, por ser, em princípio, entendido como deslocação deliberada entre dois lugares. Esta consciência da deslocação humana preside à diferença entre a condição de meros sujeitos pedestres e sujeitos caminhantes, aqueles que, dando concreção ao ato de andar, o fazem com intenção de alcançar determinado lugar a pé. Podem-se, em consequência, apontar efeitos individuais e efeitos sociais das caminhadas. Aos primeiros correspondem práticas de afirmação dos sujeitos na sua relação com o espaço da cidade (orientação e pertença, destinos, tatilidades, estratégias e técnicas do andar). Aos segundos associam-se processos coletivos de urbanidade (cidadania, liberdade, socialização, diferenças socioculturais e outros) (Kellerman, 2006).

Caminhar na cidade hoje, todavia, constitui um anacronismo, uma vez que tem lugar ao invés do preceituado pela cultura urbana dominante que promove e valoriza a rapidez da deslocação dos corpos, concretizada predominantemente com recurso a meios mecânicos. Marginaliza-se, assim, a caminhabilidade urbana e os pés são convertidos em meros auxiliares da condução automóvel. O mesmo violento urbanismo que subordinou a cidade à lógica do automóvel e a tornou veloz, tornou também anômalo o ato de parar ou de se sentar em espaços públicos, exceto se pagar, como sucede nos espaços comuns privatizados, por exemplo, em esplanadas e cafés.

Na primazia concedida modernamente a este aceleracionismo cultural da cidade, a caminhada perdeu estatuto e deixou, gradualmente, de constituir o dispositivo central da produção de cultura e da capacidade de gerar ligações com outros. Nas cidades de hoje, o exercício de andar deixou de ser o grande meio de conhecer e pensar o espaço, tal como a comunicação para ser veloz deixou de ser experimentada na relação face a face entre os sujeitos. Entre os efeitos psicossociais resultantes desta modificação da relação dos sujeitos urbanos com o espaço da cidade, Rebecca Solnit destaca o modo como as pessoas se surpreendem, quando, em vez do habitual recurso ao automóvel, optam por caminhar entre dois lugares da cidade e ganham uma súbita consciência da proximidade existente entre eles (Solnit, 2001: 259). Este é o efeito de uma espécie de avaliação mental da distância física entre lugares na cidade, que estipula os limites até onde os urbanos se dispõem caminhar. Na era do atual aceleracionismo, esta representação que temos da distância entre lugares está continuamente a reduzir-se, em resultado do que os sujeitos se mostram cada vez mais renitentes a percorrer a cidade com os seus próprios recursos físicos e corpóreos.

A andar, os humanos inventaram não apenas a interação social, mas, de início, experimentaram também a apropriação de territórios diferentes e alheios que estaria na base da cultura do conflito e da guerra. Os poderosos tomaram para si territórios ocupados por outros e trataram de dominar os residentes originários e subjugá-los ao seu poder. As estratégias posicionais de indivíduos e grupos na cidade moderna revela diversos pontos de união com estas expressões seculares de apropriação e dominação. O espaço urbano fica assim sujeito a diversas modalidades de disputas e modos de apropriação material e simbólica, o que serve também, diga-se de passagem, de ingrediente estrutural identitário dos seus ocupantes individuais ou de classe, mesmo se transitoriamente.

A deslocação rápida dos sujeitos que o automóvel e, para o efeito, também os transportes públicos, vieram proporcionar é geradora de um modo distraído de conhecer os territórios urbanos (Speck, 2012). Como caricatura, poderíamos aceitar, com Simmel (1997), que, ao princípio, os ocupantes dos primeiros transportes públicos urbanos começaram por dar atenção ao estranho junto de si e aos solavancos a que estavam sujeitos; num segundo momento, a viagem de comboio “ensinou” a ler em movimento (Schivelbusch, 1986); por fim, na atualidade, os novos meios de comunicação vieram fazer concentrar os passageiros em si mesmos e no seu restrito grupo virtual de amigos (Fortuna, 2016a). Por outro lado, esta circulação distraída ajudou a eliminar a noção de um penoso esforço físico e de desconforto, associados desde sempre ao ato de caminhar. Ambas as condições da viagem moderna – rapidez e conforto – vieram

facilitar o argumento do fim da geografia e da distância física entre lugares, pelo que todos os ambientes naturais se tornaram acessíveis, de modo rápido e fácil.¹

A este quadro de novas referências e progressos materiais subjacentes à modificação da natureza da mobilidade urbana, veio juntar-se, nas últimas quatro décadas, a facilidade que os novos meios tecnológicos de comunicação trouxeram às relações dos sujeitos com o espaço e entre si. O acesso fácil e imediato a qualquer tipo de informação, incluindo a minuciosa geo-referenciação dos satélites, implicou uma banalização do ato de conquistar e de percorrer espaços por meios físicos próprios. Instaurou-se assim a ideia de fácil acessibilidade/mobilidade nos espaços, que seria reforçada pela noção de vivermos um tempo instantâneo, de solução imediata para qualquer obstáculo. Com o espaço que perde a espessura que antes a caminhada lhe emprestava, agora também o tempo perde densidade e o instante ganha proeminência. De um regime de historicidade em que os sujeitos experimentavam grande proximidade física entre lugares – família, vizinhança ou profissão – que se fazia acompanhar de tempos longos de percurso – bens alimentares, visitas ou festividades em outras comunidades – passámos a um outro regime de tempo caracterizado por frequentes deslocações entre distâncias longas, percorridas em trajetos de curta duração.

CAMINHADAS EXÓTICAS

Neste texto quero discurrir acerca das virtudes do caminhar urbano.² A história moderna do andar é um campo de enorme revelação das condições de vida nas cidades e das suas transformações, assim como a própria flânerie moderna e urbana tem sido um exemplo de uma maneira de ver a cidade e o complexo sociedade-natureza tornando-se mesmo um objeto de abundante escrutínio por parte das ciências sociais, da literatura e do cinema, que não têm deixado de fazer realçar as virtudes e os motivos da retração dessas práticas caminhanter (Macaulay, 1993; Gleber, 1999; Solnit, 2001; Gros, 2009; Ingold, 2011; Le Breton, 2011; Coverley, 2015; Careri, 2017; Macaulay, 1993). A sociologia, em particular, com uma forte inspiração antropológica e o recurso à atitude etnográfica usada por Marcel Mauss (2005) tem tratado o ato de caminhar como

¹ Admito mesmo que a distância física entre lugares dá sinais de se expressar não em termos de “perto” ou “distante”, para passar a ser mencionada em termos de duração temporal do percurso. Isto mesmo me leva a pensar a indicação de uma jovem empregada de restaurante em Salvador da Bahia, ao dizer-me que a “sua terra” ficava a “três horas de relógio”, por certo para transmitir a ideia do esforço contido na distância física a percorrer.

² Deixo de lado as célebres caminhadas peripatéticas de Aristóteles, as experiências dos pensadores caminhanter dos séculos XVIII e XIX (Thoreau, Rousseau ou Nietzsche), passando pelos caminhanter peregrinos (Werner Herzog) e os errantes da modernidade ocidental e moderna flânerie (Franz Hessel ou João do Rio), sobre que se aconselham Careri (2017), Coverley (2015), Gleber (1999) e Solnit (2001). A caminhada urbana e a presença das mulheres no espaço público das cidades, tão longamente invisibilizadas nas ciências sociais, não será também objeto de análise própria neste texto. Sobre a flânerie feminina podem-se consultar, entre outros, os trabalhos de Wolff (1985), Wilson (1991), Nesci (2007) e Monnet (2013).

estratégia de afirmação pessoal, mas também social, em que sobressaem as inerentes diferenças de estatutos e significados simbólicos do andar e da sua estética (Careri, 2015; De Certeau, 1994; Urry, 2000).

Uma caminhada urbana, em regra com destino ou percurso pré-estabelecidos, envolve uma relação subjetiva do/a caminhante com o ambiente urbano construído e o que este representa. Ruas e praças são atravessadas nesse percurso a pé e, com elas, percorrem-se também fragmentos sobrepostos da história local, ilustrada pelas construções funcionais da cidade e os seus relatos. Muitas destas caminhadas, por vezes até as mais triviais como as que sinalizam o percurso quotidiano casa-trabalho-casa, trazem consigo imagens reais ou memórias espacializadas da presença de outras existências sociais ou de estilos arquitetónicos e efeitos sociais variados.³

Neste particular, é conhecida a investida do movimento Dada dos inícios da década de 1920 em busca e visitação dos lugares considerados mais redundantes ou decadentes da cidade. Pretendiam com isso conhecer o lado banal e ridículo do que seria habitar uma cidade que prometera futuridade na política e vanguardismo na arte. Francesco Careri (2015: 65) comenta estas experiências e faz destacar o modo como a incursão dos artistas Dada pelos espaços da banalidade urbana, não só os aproximava do seu confessado gosto pela fotografia, mas era também um exercício de reflexividade com o qual ganhavam a consciência insólita da sua condição de grupo entregue à ação deliberada de não fazer nada. Paris era para eles essa cidade entregue à banalidade desde os tempos em que Haussmann tratara de a transformar (Kahn, 2008) e envolver em promissores discursos de bem-estar e renovação urbanística.

Existe aqui algo de semelhante com as deambulações não-urbanas dos surrealistas, envolvendo André Breton e os seus amigos Max Morise, Roger Vitrac e Louis Aragon. As suas andanças constituíam verdadeiros manifestos estéticos que se prolongam pela descoberta dos espaços vazios contíguos à cidade através de bosques, passagens abandonadas, terrenos baldios (Careri, 2015). Sair da cidade e caminhar no seu exterior era a chave para melhor a conhecer e saber perder-se nela através do seu aparente exterior feito de espaços amplos e não habitados ou vazios. Os surrealistas pretendiam assim expor-se ao desafio e à apreensão (à surpresa e ao medo) que só o estranhamento causado pelos espaços desconhecidos provoca.

³ É notória também a presença, sobre a qual não me deterei aqui, da flânerie deleitando-se por entre a nova arquitetura da cidade e pelos espaços da boémia e do consumo, em atraentes galerias da mercadoria trazida pelo novo capitalismo (Benjamin, 2009; Buck-Morss, 1990). A referência da flânerie é menos a de um/a caminhante urbano/a e antes a de alguém que se revela numa relação meramente estética (pode até ser estática) com a multidão, pelo que não a tratarei aqui, exceto na passagem breve acerca de um homem-estátua em Lisboa.

Diferentemente dos dadaístas e dos surrealistas, na década de 1950, Guy Debord e o grupo dos seus companheiros escritores e artistas aventuravam-se também eles em longas caminhadas e vagabundagens insólitas por ruas e bairros de Paris. A deriva era o seu lema e pretendiam, com ela, empreender caminhadas que os levassem a vivenciar situações guiadas pelo acaso, percorrendo territórios diversos de extensão variável e por tempo também indeterminado. Apresentavam-se como praticantes exímios da técnica da passada fugaz, percorrendo ambientes diversos – bolsas operárias, bairros étnicos, zonas de consumos variados – em busca da diferença e da alteridade étnica ou social (McDonough, 2009).

O FASCÍNIO DA RUA E A RELEITURA DA ANÁLISE URBANA

A rua percorrida envolve o possível confronto com o estranhamento e a surpresa que a cidade esconde detrás da sedução que é capaz de gerar. Este jogo de sedução e medo da cidade foi um dos temas mais empolgantes das origens da produção fílmica sobre a rua urbana dos princípios do século XX. O caso pioneiro que melhor ilustra esta dualidade de sentimentos surge retratado no filme mudo, *Die Straße*, produzido em 1923 por Karl Grune.⁴ O filme explora o efeito de incontida atração que as sombras da rua, projetadas na sala onde espera pelo jantar, exercem sobre um sujeito de classe média, com ar sisudo e de meia idade. Quando a esposa põe a comida na mesa, o homem, intranquilo, sai, decidido a explorar o bulício noturno, as luzes sedutoras e as aventuras que a rua da cidade promete, incluída a possível aventura sexual. No seu deambular, o homem cruza-se com uma jovem mulher e trocam olhares insinuantes. A perseguição termina abruptamente, quando, ao aproximar-se da jovem que, jogando o jogo da sedução, se refugiara sob um escuro umbral, o homem se depara com a atraente jovem transfigurada em ameaçadora caveira. A cidade distópica revela-se por inteiro nesta sequência de imagens e simbolismos. O que medeia as interações nas ruas da cidade da sedução e do medo é esta relação inesperada, inscrita no mais vulgar quotidiano público da cidade.

A forma como a mulher perseguida se torna ameaçadora e quiçá mesmo perseguidora perturba profundamente a representação da estabilidade das figuras e das circunstâncias urbanas registadas. Uma tal variação de estatuto dos ambientes urbanos é o que levou Edgar Allan Poe a referir como epígrafe, no seu tão celebrado escrito *O homem da multidão* (Poe, 1982 [1840]), que a cidade, qualquer cidade, “não se deixa ler” (“*Er lässt sich nicht lesen*”)⁵ de tão indecifráveis e repelentes que são os seus múltiplos sinais.

⁴ Consultado a 28.01.2018, em https://www.youtube.com/watch?v=f-s_aQKkt24.

⁵ Edgar Allan Poe esclarece com ironia que retira a expressão do “repelente” e indecifrável livro *Hortulus*

Caminhar pelos espaços públicos das cidades é, por isso, uma experiência recheada de possibilidades codificadas. Mostram-no a narrativa fílmica do *Die Straße*, como também o relato literário de Allan Poe, em que um sujeito convalescente persegue longamente, num estilo próprio de detetives, um velho decrépito cuja figura o atraiu e monopolizou a atenção, dada a singularidade idiossincrasia da sua expressão. Percorridas, ao ritmo da ficção, longa e demoradamente, ruas e parques, praças e lojas, no encalce do desconhecido, a perseguição-caminhada urbana termina no abandono caprichoso do perseguidor que se entrega de novo às suas “meditações” de convalescente.

A alteridade presente na cidade é inalcançável. O desenho urbano das cidades serve a estratégia de conservação de distâncias e estilos próprios e maneiras de estar e de pensar, assim como dificulta a perseguição entendida aqui como tentativa de identificação. Mesmo que tudo se desenrole à superfície no meio de uma multidão distraída e não necessariamente em espaços obscuros e subterrâneos e nas dobras repentinas e nos espaços vazios da estrutura urbana. A tão celebrada tirania da visibilidade dos nossos dias (Han, 2014), que tende a desqualificar tudo o que se esconde ao ponto de não lhe reconhecer existência ou verdade, constitui, todavia, o território em que inúmeros sujeitos e grupos ensaiam estrategicamente tornar invisível a sua existência social e escapar às mais diversas e sofisticadas formas de controlo social e policial (Aubert e Haroche, 2011). Viver no meio da visibilidade da multidão, admito, pode ser uma forma criativa de se esconder mostrando.⁶

Uma terceira situação em que prepondera o fascínio da rua é a que a artista francesa Sophie Calle descreve na sua *Suite vénitienne*, a história da sua experiência ficcionada de perseguição a Henri B., que conhecera ocasionalmente em Paris, através das ruas de Veneza (Calle e Baudrillard, 1988). O intuito singelo da perseguição era tão só o de conseguir fotografar Henri B.. O que parecia fácil à artista perseguidora – encontrar alguém numa cidade que é estrutural e profundamente pedestre, como aliás Georg Simmel assinalou (Fortuna, 2010) – tornou-se um esforço inglório. De pouco valeu calcorrear ao acaso ruas, praças, pontes e passagens uma e outra vez, num verdadeiro exercício de aleatória serendipidade, a que adiante regressaremos. Treze

Animæ cum Oratiunculus Aliquibus Superadditi, que de tão indecifrável “não se deixa ler”, exatamente como o sujeito perseguido horas a fio, sem nunca permitir vislumbrar a sua identidade.

⁶ A estratégia, por paradoxal que pareça, tem sido adotada por inúmeros artistas com grande sucesso. Christo Javacheff e Jeanne Claude cobriram lugares singulares e construções únicas da arquitetura monumental ocidental, como o Reichstag berlinense ou a Pont Neuf em Paris, que mostraram a milhares de turistas apreciadores desta técnica do embrulho. Em 1952, no campo da música, John Cage tocou a sua célebre e surpreendente composição 4' 33" e inverteu deste modo o sentido da produção e da apreciação estética musical. Em Portugal, João César Monteiro apresentou, em 2000, uma *Branca de Neve* que conduziu ao paroxismo da performance fílmica, ao recobrir as imagens e ao deixar apenas correr a sonoridade dos diálogos.

dias de perseguição infrutífera, limitaram-se a uma conversa furtiva com Henri B. e a uma tentativa frustrada de o fotografar, confirmando que se esconde melhor quem se esconde em público. Henri B. conseguia sempre tornar-se invisível e escapar aos ambicionados disparos fotográficos de Sophie Calle. Ao saber do regresso de Henri B. a Paris, Sophie conseguiria antecipar o seu regresso à Gare de Lyon minutos antes para surpreendê-lo à chegada. Finalmente, fotografou-o de relance à passagem pela saída da gare. Para logo, de novo, o perder de vista e dar por finda a perseguição.

Jean Baudrillard, ao comentar a relato de Sophie Calle, considera-o um caso exemplar de intriga urbana a mostrar como a sedução da cidade permanece manifestamente superficial e se desenrola no emaranhado dos seus espaços,

a cidade é construída como uma armadilha, uma emboscada e um labirinto que inevitavelmente, mas também de modo fortuito, faz com que as pessoas regressem aos mesmos lugares, às mesmas pontes, às mesmas praças, aos mesmos cais. Pela natureza das coisas, todos são seguidos em Veneza; todos encontram todos, todos reconhecem todos. [...] a melhor forma de não se encontrar uma pessoa em Veneza é segui-la à distância e não a perder nunca de vista. (Calle e Baudrillard, 1988: 83).⁷

Como um jogo de sinais paradoxais ou uma dança invisível na cidade, a dado momento, a perseguição de Calle alimenta-se da sedução contida em si, mais do que pela identificação do sujeito perseguido, o que coloca esta crónica veneziana num plano distinto do relato londrino de Allan Poe (Gilloch, 2002). A sedução da cidade tem esta capacidade de produzir um desligamento dos sujeitos do social para logo os fazer submergir numa lógica puramente estética que reforça o seu individualismo e os torna superficiais (Pechman, 2014), ou mesmo corroer velhos laços sociais e formas mais sólidas de com-vivência urbana.

Em consequência, são frequentes as análises que reduzem os espaços públicos urbanos da era da cidade veloz a meros territórios de passagem e rápidas idas e vindas em que os contactos entre desconhecidos, se os houver, se tornam forçosamente espúrios e superficiais (Augé, 1992). O meu argumento é que não se trata de avaliar esses espaços apenas de um ponto de vista físico ou estético e atribuir-lhe localização mais ou menos central no conjunto urbano. Em alternativa, é preciso conceder uma atenção particular à morfologia social e cultural das cidades, que se coloca nos antípodas das abordagens reducionistas que definem similitudes precipitadas entre

⁷ Todas as traduções são do autor.

cidades, feitas com base no seu recorte urbanístico, na semelhança de infraestruturas (transportes, hotéis, serviços instalados) ou no mimetismo dos equipamentos sociais e culturais existentes.

Reconfigurar esta análise é dar atenção a outros critérios, como o tempo histórico e plural dos lugares, ou a natureza das práticas sociais e microsociais que ali se manifestam. Está em causa construir uma biografia sociopolítica dos lugares e das ruas e praças da cidade, conferindo-lhes maior relevância socio-histórica, cultural e cidadã. Entre os espaços públicos urbanos existe uma apreciável diversidade estrutural e funcional, o que permite afirmar que mesmo nas cidades de hoje, independentemente da sua escala, é possível destringir uma determinada área urbana de outras, um bairro ou uma praça diferente de outras áreas, outros bairros ou outras praças. No limite, como sugere Massimo Cacciari (2010), a noção clássica de cidade compacta está a ceder perante a afirmação de “cidades-território”, ou seja, perante a afirmação de fragmentos apoiados numa “geografia de acontecimentos”, não necessariamente subordinados a lógicas urbanísticas e espaciais. A própria definição de fronteira interespaços urbanos alastra hoje como se fosse desenhada a mercúrio e permitisse aproximações e hibridismos socioculturais irregulares, disformes e inesperados.

Creio, na verdade, que o discurso urbano está a passar por um acentuado recuo do significado da cidade clássica e compacta, enquanto lugar primordial da integração dos sujeitos e da socialização. Muitas das noções novas, como a noção de cidade-território, pós-cidade, ou de ur-distritos, por exemplo, convidam a refletir sobre a emergência de novos modos de relacionamento entre os sujeitos e os espaços urbanos.

Neste particular, as interpretações são diversas. Enquanto Sharon Zukin (2010) fala da cidade autêntica que arrisca “perder a alma” por via da “cultura do cappuccino”, Ray Oldenburg (1989) valoriza os encontros que se desenrolam nos “bons e belos” lugares de consumo e Lyn Lofland (1998) faz sobressair o sentimento de conforto e reconhecimento contido nos domínios do “paroquial”, isto é, nos espaços da cidade situados algures entre o público e o privado. Mesmo com estas e outras possibilidades discursivas novas, existe ainda o risco de nos determos na perspetiva hegemónica dos estudos urbanos ocidentais que seguem uma linha hierárquica que estipula uma versão norte-americana à cabeça, seguida da influência britânica e de outras visões europeias com as quais se pretende interpretar o urbano global de forma totalmente inapropriada (Watson, 2006; Santos, 2014).

A CAMINHADA INESPERADA NA CIDADE

A caminhada urbana que aspira a conhecer mais profundamente a cidade e as práticas que nela sucedem envolve, por razões óbvias, uma atitude ou uma abordagem

etnográfica. A primeira dessas atitudes retiro-a do andar lento que, ao contrário do cruzar motorizado da cidade, proporciona uma atenção concentrada e não distraída ou dispersa. Daqui decorre a necessária aproximação entre os métodos e as abordagens clássicas dos estudos urbanos com a narrativa etnográfica de onde tenho retirado inegáveis vantagens, tanto analíticas e interpretativas, como pedagógicas. Às vantagens resultantes desta aproximação, gostaria de acrescentar a virtude da aproximação dos cientistas sociais vocacionados para as fenomenologias da cidade e dos espaços públicos a outros campos narrativos, literários ou artísticos que, como regra, abrem os relatos académicos dos quotidianos urbanos a estimulantes descrições (Pais, 2010).

Enunciadas estas breves ressalvas dedico-me agora a um tipo particular de encontros entre sujeitos nos espaços públicos urbanos. Quero referir-me ao que chamarei *com-vivências inesperadas* que tomam lugar sem planeamento de qualquer ordem. Este acaso resulta tão só da presença com outros nos espaços abertos do dia a dia da cidade. Por isso, uso o prefixo *com*, para sinalizar uma partilha não programada, geradora de estranhamento ou surpresa (Rouleau-Berger, 2004). Estas *com-vivências* urbanas podem também referir-se ao encontro não intencional de pessoas com situações ou arranjos artísticos devidamente estruturados com intuitos públicos de animação, lúdicos e de celebração, em geral efémeros, mas que convidam à reflexão sobre a arte, a história, a memória e monumentalidade ou as experiências e estilos de vida dos lugares.

A atenção ao papel destas *com-vivências inesperadas* mobiliza um determinado enquadramento sensorial dos sujeitos e não se cinge necessariamente, nem à dimensão visual em exclusivo, nem à condição de desorientação pessoal mesmo que momentânea, como tipificada na resposta de recato calculista dos sujeitos ao ambiente agitado da cidade, que Simmel enunciava. Na cidade, este encontro com o inesperado envolve uma relação espontânea com o espaço público e o desenho urbano e encontra na caminhada um dos seus mais potentes dispositivos de observação. À semelhança das caminhadas de Sophie Calle pelas praças e ruas de Veneza, este caminhar urbano é indefinido, hesitante, flexível e, nesse sentido, os sujeitos exercitam um ato de serendipidade caminhante. Equiparam-se, nestas circunstâncias, as pessoas que deambulam na cidade, aquelas que, qual detetive, perseguem um rasto indefinido, tal como quem investiga em ciências sociais e humanas deixando a sua pesquisa fluir livremente ao sabor da sucessão imprevista dos acontecimentos e dos dados recolhidos.⁸ Este sentido do acaso da pesquisa mertoniana rompe com uma observação

⁸ Permito-me assim elaborar sobre a heurística da noção de serendipidade, tal como apresentada por Robert Merton e que remete para “a mais comum experiência de observação de dados não previstos,

delimitada pelo contexto social ou pelo aparelho teórico e conceptual original da pesquisa positivista. Equivale, aqui, ao exercício da exploração a pé da realidade urbana e contém a possibilidade da descoberta de espaços anómalos ou ações imprevistas que reorientam o olhar dos caminhantes e forçam à ressignificação dos seus conteúdos práticos e simbólicos. Por outras palavras, aplicada ao percurso pedonal urbano a serendipidade caminhança é sinónimo de refundação dos microlugares em que a com-vivência inusitada dos sujeitos ocorre.

Estamos longe das visitas programadas dos dadaístas a espaços banais da cidade e das deambulações surrealistas pelos seus ambientes naturais, como vimos atrás. Reconhecemos, todavia, que esta com-vivência inesperada com as pessoas e acontecimentos na rua se aproxima sobretudo da metodologia da deriva situacionista e psicogeográfica, sempre aberta a acidentes de percurso, a alterações súbitas de rumo e até mesmo ao ato consentido de se perder (Coverley, 2006; Careri, 2017).

Entre os encontros inesperados que ocorrem na caminhada urbana incluem-se os que se expressam em múltiplas linguagens verbais, escritas, gestuais, sonoras, performativas, arquitetónicas, etc. Os seus significados são também variados e podem incluir o confronto de visões do mundo conflitantes, ou existências e copresenças aleatórias, que tanto podem gerar compromissos e solidariedades, como podem provocar diversão, ou disputas de sentidos e conflitualidade, violência ou racismo (Brody, 2005).

A com-vivência urbana inesperada que estou a enunciar tem a densidade temporal própria do instante vivido da sua ocorrência. Enquanto ato não previsto do quotidiano banal, este encontro não se reveste de qualquer solenidade formal. A sua leveza faz dele um ato único e irreversível, como são todos os acontecimentos informais do quotidiano que a história não se digna mencionar (Jankélévitch, 1974: 54-55) e remete para a micro-história (a noção deve-se a Miguel de Unamuno), ou seja, para o reino da doxa e da opinião líquida da vida interior de cada um.

Reconheço na caracterização destes encontros do dia a dia a inspiração de Henri Lefebvre, que mostra no seu negligenciado *A soma e o resto* (Lefebvre, 2008 [1959]) que o instante é um sinal de presença que se articula e combina com outras situações sociais e não traduz um vazio ou uma ausência, como sucede com a alienação. Apesar do seu carácter fragmentário e instantâneo – tantas vezes revelado na pesquisa fotográfica (Frehse, 2011) –, dada a sua repetição linear e cíclica no quotidiano, estes instantes ganham significado como situações típicas do presente eterno simmeliano, que lhes confere um estatuto paradoxal de permanência, não de vazio nem de ausência.

anómalos e estratégicos que constitui uma oportunidade para o desenvolvimento de uma nova teoria ou para prolongar uma outra já existente" (Merton, 1968: 157).

Como estou a entendê-los, os instantes de que são feitas as com-vivências inesperadas não retiram os atores envolvidos ao anonimato típico das relações públicas entre estranhos. Garantem, antes, que esses atores permanecerão à margem da avaliação de terceiros, sujeitos até aos mecanismos de desatenção cívica, apesar de envolvidos no exercício das suas competências interativas e de ajustamento às situações.

A proximidade com o quadro analítico das relações em público estabelecido por Erving Goffman é manifesta:

As ruas da cidade, mesmo quando desvalorizadas, constituem um contexto para exercitar rotineiramente a confiança mútua entre estranhos. Concretiza-se uma articulação voluntária da ação em que cada uma das partes tem um entendimento de como as relações com outros devem ser conduzidas, em que há um acordo que cada um reconhece e aceita como sendo também respeitado pela outra. Numa palavra, ficam assim asseguradas as precondições estruturais para que a ordem convencional funcione. Evitar a colisão é um exemplo do que acontece em consequência. (Goffman, 1971: 17)

Sob este acordo tácito desenrolam-se os instantes da copresença e da sua articulação com o lado duradouro da regularidade urbana, dando um renovado significado ao aqui e agora da cidade caminhada. Evidentemente que esse significado está sujeito às mais diversas flutuações de sentido. Por exemplo, os turistas urbanos de hoje buscam uma experiência duradoura na base da repetição de instantes sucessivos. Desenraizados e distantes da vida urbana local, estes turistas colecionam momentos e acontecimentos do quotidiano urbano como se se tratasse de realidades perenes e estáveis dos lugares que visitam. De câmara fotográfica ou smartphone em riste, dispõem-se com prontidão ao snapshot que há de conferir eternidade ao instante e tornar autêntico o que é somente pitoresco.

A com-vivência urbana inesperada pode representar, por fim, um confronto com preconceitos e avaliações erróneas em torno das regularidades estruturais do dia a dia. Constituem um convite a desaprender a cidade global, compacta e clássica e a dar significado próprio a fragmentos (não-convencionais) da condição urbana. As com-vivências urbanas inesperadas desvalorizam os espaços construídos e ambientes sociais que estipulam o telos da modernidade urbana. Ao invés, revalorizam outras paisagens, arranjos e comportamentos, julgados insignificantes nas interpretações académicas estruturalistas dominantes.

Um dos problemas que se pode enunciar acerca das interpretações preconceituosas e desajustadas das com-vivências é o facto de serem experiências

situadas, em resultado da sua dependência da caminhada urbana. Reside aqui um capítulo novo sobre como reapreender a rua enquanto “morada do coletivo”, tal como Walter Benjamin (2009: 958) descrevia a rua da modernidade ocidental. As experiências situadas pressupõem uma relação de quase fusão dos sujeitos e dos seus corpos com os espaços e, como sabemos, a relação com o espaço tem sido vista como um dos traços mais significativos da identidade dos sujeitos. Mas tem também sido questionada. Em 1994, porém, Doreen Massey argumentou em favor de um sentido extrovertido dos lugares em resultado da globalização e da forma como o sentimento de pertença local dos sujeitos, designadamente dos migrantes chegados às cidades, se transforma num sentido local-global (Massey, 1994).

O que Doreen Massey argumenta encontra comprovação no discurso do rapper Edson Silva, da banda Força Suprema, angolano residente em Lisboa há mais de 20 anos que, em entrevista a um jornal português de grande circulação, expressa de modo muito especial a sua relação com as geografias críticas dos acontecimentos mundanos:

Gostamos da Linha de Sintra. [...] Dá para ir ao Fórum Sintra e sentirmos que estamos na Europa e dá para ir à Damaia e comprar mandioca na rua. Somos desses dois mundos! (Edson Silva, in Belanciano, 2015)

Estas visões críticas abrem caminho a leituras alternativas dos significados dos espaços urbanos contemporâneos, a que aludi noutro ensaio (Fortuna, 2016b). Entre essas alternativas, sobressaem as leituras que mostram uma cidade despojada de limites e fronteiras espaciais (e psicológicas?) que subjazem a categorizações tantas vezes desajustadas e erróneas. No meu entender, estão a denunciar o binarismo das linguagens académicas, recheadas de “centros” e “periferias”, de “nortes” e de “suis”, de “ocidentes” e “orientes”. Estes pares de mundos diversos nunca estiveram tão próximos e tão íntimos, como Edson Silva faz notar. “Ser desses dois mundos” é uma implicação da condição urbana, democrática e multicultural de hoje. Percorrer esses territórios sem impedimentos, por toda a parte e a toda a hora é hoje um direito à cidade como Henri Lefebvre reivindicava há cinquenta anos, e que a diversidade cultural pode atravessar a cidade, anytime/anywhere, como dizia De Niro em *Taxi Driver*, de Martin Scorsese.

Como assinalou Andy Merrifield,

nos dias de hoje, o pobre Sul global encontra-se no oriente norte de Paris, ou em Queens, ou nas londrinas Torres Hamlet. E o global Norte dos ricos mora nas ruas

de Mumbai e vai de helicóptero para as suas casas sumptuosas dos Jardins ou do Morumbi, na cidade de São Paulo. (Merrifield, 2014: 30)

Esses mundos tão opostos abdicam hoje de localizações fixas, fazendo-se atravessar mutuamente a todo o instante, que assim é a ordem da cidade veloz. Desse contacto frequente e continuado resultam cruzamentos culturais virtuosos que, na expressão literária de José Eduardo Agualusa, revelam uma Lisboa pós-colonial em vias de (re)africanização.

Alude Agualusa a um processo de profunda transfiguração sociocultural de Lisboa, não muito diversa da que acontece em cidades de outras latitudes quando se reformam. Em *Fronteiras perdidas – Contos para viajar*, a páginas tantas, o autor narra o episódio situado em Luanda em que o assaltante, de bons modos e viajando num carro de grande estilo, se dirige ao jovem caminhante urbano que acabara de assaltar,

Também dizem que nós destruímos este país. Destruir? Estamos simplesmente a reajustá-lo a África, aos nossos hábitos culturais. Luanda, por exemplo, era uma cidade europeia, um corpo estranho relativamente ao resto do país. Foi preciso corrompê-la para a libertar. (Agualusa, 2017: 89)

O desafio da situação é claro: as cidades, como as nações, para se abrirem ao futuro têm de aceitar e superar todos os trajetos do seu passado, sem excessos, pois que, como assinala Boaventura de Sousa Santos, o passado excessivo pode revelar-se num dos obstáculos mais bloqueadores do futuro coletivo (Santos, 2011).

Retornemos a Lisboa. Oriundos das mais diversas paragens, alguns dos recém-imigrados em Lisboa respondem por um processo de reetnicização da paisagem urbana da cidade, mesmo em zonas tidas como social e culturalmente homogêneas. Com-vivência situada inesperada? Sim, para quem partilhe essa visão conservadora de Lisboa como cidade étnica e culturalmente homogênea, capital da mais velha nação europeia. Não, para quem entenda que a musicalidade da rua e o seu linguajar de todos os dias, o cheiro exótico que brota das lojas de conveniência e dos restaurantes “típicos”, os jornais ilegíveis pendentes nos quiosques, dão conta da copresença de outras identidades e existências. A história pós-colonial de Lisboa está certamente a ser reescrita na renovação das suas paisagens urbanas e culturais, com destaque para expressões de vidas que preservam fortes vínculos africanos, como forma de viver em dois mundos em simultâneo.

A fórmula literária da (re)africanização de Lisboa assinala uma espécie de revanchismo do império, mesmo se a renovação da paisagem cultural da cidade não se

limite à “componente” africana desta história colonial. Ela é muito diversa, como pode comprovar uma passeata pelas ruas e praças da cidade. Uma expressiva presença brasileira e latino-americana faz-se acompanhar de indelévels marcas culturais hindus, assim como dos sinais culturais de uma Europa que costumava ser de “Leste”, ou do exotismo comercial vindo da China, do Nepal, da Síria, etc. Esta diversidade das geografias culturais lisboetas é recente e está a provocar reajustamentos em que se misturam retóricas políticas, culturais, étnicas, religiosas e turísticas.

Vale a pena referir nesta circunstância a situação inusitada da pesquisa de um investigador social da cena multicultural de Lisboa. Refiro-me ao homem-estátua – Francis Rigal – “estacionado”, meses a fio, em lugares centrais da Baixa da cidade – a Praça do Rossio, a Praça de S. Domingos, ou a Praça da Figueira – que, em vestes de inesperado investigador, mergulhou na decifração das demarcações socioculturais daqueles microterritórios.

À sua frente, durante a sua longa coreografia, o agora artista-investigador vai registando os movimentos e a gestualidade de indivíduos de várias origens étnicas que permanecem naquelas praças ao longo do dia, agrupados de acordo com critérios étnico-linguísticos e religiosos. Os contactos entre grupos são mínimos e, em regra, limitam-se à expressão de um cortês e discreto cumprimento entre cavalheiros, normalmente feito por um dos homens mais velhos. As mulheres estão afastadas da participação nestes grupos e algumas entregam-se a um precário comércio de rua ali ao lado, enquanto os seus maridos trocam histórias e memórias de homens entre si. Aos olhos da cultura urbana ocidental diríamos que estes sujeitos não fazem nada ali encostados à esquina da rua ou na reentrância da praça. Apenas deixam o tempo passar. Mas ocupar o tempo é uma forma de criar espaço de afirmação identitária.

Como assegura o nosso homem-estátua-investigador (Rigal, 2016), cada um daqueles grupos de homens – angolanos, guineenses, senegaleses, malianos – ocupa regular e duradouramente um espaço bem delimitado que lhe permite tornar visível a sua presença e dos seus corpos. A consciência do uso da técnica corporal (Mauss, 2005) não deixa dúvida que a presença física de corpos constitui uma linguagem expressiva ou um jogo de simultânea proximidade e afastamento de uns atores face a outros, ao conversarem e gesticularem sobre assuntos da vida coletiva e da memória de cada grupo ou dos seus membros. A apropriação que estes lisboetas fazem destes recantos locais-globais da cidade contribui para impor sobre ela uma imagem de diversidade cultural e de potente delimitação de identidades outras. Sempre em copresença. Se toda a desterritorialização arrasta consigo uma reterritorialização (Haesbaert, 2004), também estes homens, como diria o rapper referido há pouco, fazem parte de dois mundos simultâneos, culturalmente fundidos e entrecruzados num espaço

urbano terceiro, tecendo inesperadas formas de com-vivência, só perceptíveis a quem souber caminhar a pé pelas ruas e praças da cidade.

CODA

Nada disto é propriamente inusitado nas cidades modernas. No caso descrito, é importante assinalar o modo como a existência visível destes atores sociais fixos e situados exprime uma realidade que, como regra, “não se deixa ler” por uma cidade que favorece a passagem sempre veloz e desatenta dos seus residentes e visitantes.

Termino assim esta caminhada. Não por julgar ter chegado a um destino já definido. Caminhei ao acaso e visitei recantos da cidade, ora banais, ora surpreendentes. Também não termino com o sentir peregrínico de ter conseguido chegar. Ou por me ter perdido. Simplesmente parei para me sentar e descansar. Em espaços públicos e sem pagar para tal. Retomarei em breve a caminhada. Com Simmel, o lefebvriano Direito à cidade e, obviamente, também o CES.

CARLOS FORTUNA

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra | Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Av. Dr. Dias da Silva, 165, 3004-512 Coimbra, Portugal
Contacto: cjfortuna@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agualusa, José Eduardo (2017), “O Evangelho segundo a serpente”, in *Fronteiras Perdidas – Contos para viajar*. Lisboa: Quetzal, 86-90, .
- Andrade, Carlos Drummond de (2012), “Mundo Grande”, *Sentimento do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 45-46.
- Aubert, Nicole; Haroche, Claudine (orgs.) (2011), *Les tyrannies de la visibilité. Être visible pour exister?* Paris: Éditions Érès.
- Augé, Marc (1992), *Non-lieux: introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris: Seuil.
- Belanciano, Vítor (2015), “Força Suprema: uma empresa familiar de filhos do rap”. *Público*, suplemento Ípsilon, 12 de junho, p. 6.
- Benjamin, Walter (2009), *Passagens*. Org. de Willi Bolle. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo [2.^a reimpr.; orig. 1983].
- Brody, Jeanne (org.) (2005), *La rue*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail.
- Buck-Morss, Susan (1990), “O flâneur, o homem-sanduíche e a prostituta: A política do perambular”, *Espaços e Debates*, 29, 9-31.
- Cacciari, Massimo (2010), *La ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili.

- Calle, Sophie; Baudrillard, Jean (1988), *Suite vénitienne/Please follow me*. Seattle: Bay Press.
Tradução de Dany Barash e Danny Hartfield.
- Careri, Francesco (2015), *Walkscapes: el andar como práctica estética*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Careri, Francesco (2017), *Caminhar e parar*. São Paulo: Gustavo Gili.
- Coverley, Merlin (2006), *Psychogeography*. Harpenden: Pocket Essencials.
- Coverley, Merlin (2015), *A arte de caminhar: o escritor como caminhante*. São Paulo: Martins Fontes.
- De Certeau, Michel (1994), “Caminhadas pela Cidade”, in *A invenção do cotidiano*. Vol. 1: Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 157-177.
- Fortuna, Carlos (2010), “Simmel e as cidades históricas italianas – Uma introdução”, in Carlos Fortuna (org.), *Simmel: A estética e a cidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 9-17.
- Fortuna, Carlos (2016a), “Espaço meu! Espaço meu! O espaço intradoméstico e a hiperexposição dos sujeitos”, in Álvaro L. Heidrich; Benhur P. Costa; Cláudia Zeferino P. Pires (orgs.), *Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território*. Porto Alegre: Compasso Lugar Cultura, 198-215.
- Fortuna, Carlos (2016b), “Lisboa multicultural”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82, 167-170.
- Frehse, Fraya (2011), *Ô da rua! O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*. São Paulo: EDUSP.
- Gilloch, Graeme (2002), “Benjamin’s London, Baudrillard’s Venice”, in Neil Leach (org.), *The Hieroglyphics of Space: Reading and Experiencing the Modern Metropolis*. London/New York: Routledge, 43-56.
- Gleber, Anke (1999), *The Art of Taking a Walk: Flânerie, Literature, and Film in Weimar Culture*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Goffman, Erving (1971), *Relations in Public: Microstudies of the Public Order*. New York: Basic Books.
- Gros, Frédéric (2009), *A Philosophy of Walking*. London/New York: Verso.
- Haesbaert, Rogério (2004), *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Han, Byung-Chul (2014), *A sociedade da transparência*. Lisboa: Relógio d’Água.
- Ingold, Tim (2011), *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Jankélévitch, Vladimir (1974), *L’irréversible et la nostalgie*. Paris: Flammarion.
- Kahn, Gustave (2008), *L’esthétique de la rue*. Paris: Folio [orig. 1901].
- Kellerman, Aharon (2006), *Personal Mobilities*. London/New York: Routledge.
- Le Breton, David (2011), *Elogio del caminhar*. Madrid: Siruela.
- Lefebvre, Henri (2008), *La somme et le reste*. Paris: Anthropos [orig. 1959].
- Leroi-Gourhan, André (1982), *Les racines du monde*. Paris: Belfond.
- Lofland, Lyn (1998), *The Public Realm: Exploring the City’s Quintessential Social Territory*. New York: Aldine de Gruyter.

- Macaulay, David (1993), "A Few Foot Notes on Walking", *Trumpeter: Journal of Ecosophie*, 10(1).
Consultado a 28.01.2018. em
<http://trumpeter.athabascau.ca/index.php/trumpet/article/view/403/650>.
- Massey, Doreen (1994), *Space, Place and Gender*. Cambridge: Polity.
- Mauss, Marcel (2005), "Noção de técnica do corpo", in *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 401-422 [orig. 1936].
- McDonough, Tom (org.) (2009), *The Situationists and the City*. London/New York: Verso.
- Merrifield, Andy (2014), *The New Urban Question*. London: Pluto Press.
- Merton, Robert (1968), *Social Theory and Social Structure*. New York: The Free Press. [orig. 1957].
- Monnet, Nadja (2013), "Flanâncias femininas e etnografia", *Redobra*, 11, 218-234.
- Nesci, Catherine (2007), *Le flâneur e les flâneuses. Les femmes et la ville à l'époque romantique*. Grenoble: ELLUG/Université Stendhal.
- Oldenburg, Ray (1989), *The Great Good Place*. Cambridge: Da Capo Press.
- Pais, José Machado (2010), *Lufa-lufa quotidiana. Ensaios sobre cidade, cultura e vida quotidiana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pechman, Robert (2014), "Desconstruindo a cidade: cenários para a nova literatura urbana", in Eliana Kuster; Robert Pechman (orgs.), *O chamado da cidade: Ensaios sobre a urbanidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 89-102.
- Poe, Edgar Allan (1982), "O homem da multidão", *Histórias Extraordinárias*. Lisboa: Livros de Bolso Europa-América, 109-120 [orig. 1840].
- Rigal, Francis (2016), *Pratiquer la place publique. Une ethnographie d'un espace central de Lisbonne*. Tese de Doutoramento apresentada ao ISCTE- IUL, Portugal.
- Rouleau-Berger, Laurence (2004), *La rue, miroir des peurs et des solidarités*. Paris: PUF.
- Santos, Boaventura de Sousa (2011), *Portugal: ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.
- Santos, Boaventura de Sousa (2014), *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*. Boulder, CO: Paradigm Publishers.
- Schivelbusch, Wolfgang (1986), *The Railway Journey. The Industrialization of Time and Space in the Nineteenth Century*. Oakland, CA: University of California Press.
- Simmel, Georg (1997), "A metrópole e a vida do espírito", in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, 31-43 [orig. 1903].
- Solnit, Rebecca (2001), *Wanderlust: A History of Walking*. London: Verso.
- Speck, Jeff (2012), *Walkable City. How Downtown Can Save America, One Step at a Time*. New York: North Point Press.
- Urry, John (2000), *Sociology beyond Societies: Mobilities for the Twenty-First Century*. London/New York: Routledge.
- Watson, Sophie (2006), *City Publics: The (Dis)Enchantments of Urban Encounters*. London: Routledge.

- Wilson, Elizabeth (1991), *The Sphinx in the City. Urban Life, the Control of Disorder and Women*. London: Virago.
- Wolff, Janet (1985), "The Invisible Flâneuse. Women and the Literature of Modernity", *Theory, Culture and Society*, 2, 37-46.
- Zukin, Sharon (2010), *Naked City: The Death and Life of Authentic Urban Places*. Oxford: Oxford University Press.